

Anexo 1: Ementa Ampliada GTP (2015-2016)

XV ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores (as) em Serviço Social ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Grupo de Trabalho e Pesquisa

Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social

Profa Cristina Bezerra (UFJF)
Profa Joana Valente Santana (UFPA)
Profa Maria das Graças e Silva (UFPE)
Profa Tania Maria Ramos Godoi Diniz (UNIFESP-BS)
Profa Tatiana Dahmer Pereira (UFF)

APRESENTAÇÃO:

O documento em foco consiste em uma “ementa expandida” para a grande área temática de pesquisa do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social. Essa formulação (atualização) da ementa para o referido GTP¹ organiza-se em três momentos nesse texto. Volta-se para síntese e registro dos acúmulos construídos e para orientar ações, sistematizações e interlocuções na área e com os demais GTPs.

A *primeira* considera um elemento de origem de sua formação: os pressupostos de totalidade e de articulação no trato com o que são as ênfases desse grupo temático (Agrária, Urbana e Ambiental) a partir da dinâmica histórica constitutiva da realidade.

A *segunda* visa propor a integração na formação profissional do que se refere aos instrumentais teórico-conceituais de compreensão sobre a formação da sociabilidade burguesa e de sua concepção predatória de desenvolvimento (MÉSZAROS, 2007) e crescente manifestações de formas criminalizadoras e opressivas de seres humanos, em especial, aqueles organizados em movimentos sociais ou em outros espaços e formas de resistência.

Esse movimento analítico considera as particularidades da formação social brasileira – na condição de país periférico do capitalismo.

Chamamos a atenção para o tempo presente, marcado pelo aprofundamento da crise capitalista, pelo agravamento da criminalização aos movimentos sociais e sujeitos que resistem às múltiplas formas de violações, de opressão e de exploração e à absoluta universalização das mediações realizadas pelo capitalismo em sua forma financeira, transformando todos os recursos naturais e a vida humana em mercadoria. Essas características impingem dinâmicas autoritárias e de exceção na gestão das contradições por parte das instituições, em especial, do Estado no mundo ocidental.

¹ Os Grupos Temáticos de Pesquisadores (GTPs) são definidos da seguinte forma, conforme regimento da entidade, “Os grupos temáticos – GT de pesquisa na área de Serviço Social, articulados no âmbito da ABEPSS, são formados por pesquisadores de temáticas específicas que constituem sub-áreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social” (Estatuto da ABEPSS, 2008, artigo 34). Organizam-se em sete: (i) “Trabalho e Questão Social” / (ii) Política Social e Serviço Social / (iii) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional / (iv) Movimentos Sociais e Serviço Social / (v) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social / (vi) Serviço Social, relações de exploração-opressão de gênero, raça-etnia e geração, sexualidades/ (vii) Ética, direitos humanos e Serviço Social.

A *terceira* refere-se aos esforços em torno de maior diálogo e por integração entre os GTPs, reconhecendo que a proposta de suas configurações constitui-se em avanço e formas de trabalho voltadas à busca de capilaridade junto ao conjunto de pesquisadoras (es) e consolidação de sua relação com as coordenações e direção da ABEPSS – mesmo com desafios de monta pra assegurar tais objetivos, na medida em que seus eixos temáticos encontram conexões importantes.

O documento em questão consiste, como mencionado, em uma formulação breve que agrega e dialoga com acúmulos² processuais do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) e atualiza o debate em relação ao tempo presente. Nessa trajetória de seis anos de existência e de três gestões (2010-2012 / 2013-2014 e 2015-2016), a ementa traz, de forma sintética, conteúdos centrais constitutivos de eixos os quais contribuem para a formação, problematização e reflexão críticas em Serviço Social.

Sua formulação ocorre em momento particularmente complexo e adverso. Em cenário mundial, especificamente, latino-americano e brasileiro de aprofundamento da crise do capital, de intensificação da criminalização de movimentos sociais articulados ao investimento na destituição de direitos básicos e na precarização das políticas públicas como forma de assegurar condições de acumulação, a ABEPSS³ comemora os 20 anos da construção de suas diretrizes curriculares (ABEPSS,1996). A ementa em questão procura articular tais conteúdos à temática das diretrizes, pensando desafios estruturais e conjunturais os quais se impõem como dilemas à formação profissional.

Parte I – Breve histórico: origem, consolidações e dilemas.

Nas ementas anteriores⁴ parte-se de alguns princípios comuns, em relação aos quais não se procedeu a uma ruptura ou reformulação estrutural, apenas a requalificações com base na dinâmica da conjuntura e no amadurecimento processual sobre o sentido e papel do GTP desde sua criação e em espaços coletivos (tais como os colóquios, reuniões e encontros da ABEPSS). Alguns desafios permanecem e se atualizam, pois é preciso considerar a questão da formação permanente, da pesquisa e da produção de conhecimento determinadas pela dinâmica societária e pela natureza e sentido da profissão na divisão social, técnica e territorial do trabalho.

O desafio inicial central – e ainda presente - consiste, justamente, em não tratar de forma desarticulada as ênfases que expressam dimensões constitutivas e determinantes da vida social – ainda que existam especificidades em torno das questões que enfatizam.

² Tais acúmulos originam-se das sistematizações de cada coordenação - gestão sobre: (a) construções coletivas de pesquisadores (as) na área; (b) de sínteses qualitativas sobre apresentações realizadas em encontros científicos e da categoria profissional; (c) reflexões construídas em eventos dentro das ênfases do GTP e em diálogos com os demais GTPs; (d) pesquisas realizadas pela coordenação em periódicos, dissertações e teses por região. Mencionamos, entre outros, espaços como os Colóquios e apresentações orais nos ENEPSS e CBAS, encontros e Seminários realizados pela ABEPSS e pelo conjunto CFESS-CRESS (tais como o “Serviço Social e Questão Urbana” em 2014).

³ O Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ENPESS 2016) tem por tema “20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS”, na cidade de Ribeirão Preto – SP em 2016.

⁴ A ementa de 2012 foi elaborada pela coordenação do GTP na primeira gestão, de 2010 a 2012. Esta era composta pelos (as) docentes: Maria das Graças e Silva (UFPE), Perci Coelho(UnB), Maristela Dalmoro (UFRJ) Raquel Santana (UNESP). Para leitura da proposta da ementa na íntegra, acessar <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4088/3274>. (Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 461-466, jul./dez. 2012)

Em 2012 a coordenação do GTP da época⁵ trabalhou a partir da (e consolidando a) seguinte ementa:

Aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos (ASSOCIAÇÃO..., 2012, p. 464).

Ressaltava-se já, naquele momento, tratar as ênfases de forma integrada, sem incorrer na armadilha da fragmentação e da perda do horizonte de totalidade. Porém, considerava-se compreender as particularidades de conformação de nossa sociedade e as suas manifestações materiais no campo e na cidade. Considerava-se, também, a questão das estratégias para a intervenção profissional, a qual, muitas vezes, acaba reforçando a separação em ênfases. Em outras palavras, a profissão, por diversos motivos, ainda enxerga a realidade e sua intervenção profissional a partir do hiato entre as dimensões “agrária, urbana e ambiental”.

Amadureceu-se coletivamente a partir das construções e produções realizadas por pesquisadoras (es) da área⁶. Nas gestões de 2013-2014 e de 2015-2016 a coordenação mantém um caráter de continuidade, com pequenos ajustes na composição⁷.

Avançando em aprofundar as contribuições das pesquisas com base em sistematizações sobre as produções na área, a gestão de 2013-2014 amadurece premissa que orienta as ações do GTP. Registra que

a dinâmica histórica de constituição das dimensões agrária, urbana e ambiental decorre de intrínseca articulação, sendo essas dimensões constituintes da realidade e expressões, com especificidades, da desigualdade que funda essa sociabilidade e seu modo de produção. Consideramos que essa integração possui como um dos alicerces centrais o modelo de desenvolvimento hegemônico do modo de produção capitalista, cuja apropriação – por parte daqueles que detêm a propriedade privada dos meios de produção – dos recursos naturais, do espaço socialmente produzido e da força de trabalho no campo e nas cidades orienta-se por racionalidade predatória, reificadora e voltada à acumulação (BEZERRA et al, 2014, pp. 223-224).

No XIV ENPESS (2014), o tema proposto aos (às) pesquisadores (as) intitulava-se “Lutas sociais e produção do conhecimento”. A coordenação investiu em sistematizar parte do material produzido por pesquisadores (as) do GTP, construindo algumas estratégias: (i) investigou junto ao Diretório de Grupos do CNPq, com base em palavras chaves acordadas em torno das ênfases e premissas da área, os núcleos existentes; (ii) percebendo ainda que existiam grupos avulsos de pesquisa, tratando de temáticas

⁵ A coordenação do GTP na gestão de 2013-2014 era composta pelas docentes Cristina Bezerra (UFJF), Débora Nascimento (UFAM), Joana Valente (UFPA), Tania Godoi (UNIFESP-BS) e Tatiana Dahmer (UFF).

⁶ A coordenação do GTP construiu mapeamento sistemático das produções acadêmicas e profissionais produzidas nas ênfases em diferentes momentos nesses quatro anos. Estas estão disponíveis para a continuidade dos trabalhos do GTP e como registro das formas de incorporação dos conteúdos no tempo.

⁷ A gestão 2015-2016 passou a contar com a Professora Maria das Graças e Silva (UFPE). A Professora Débora Nascimento (UFAM) não integrou essa gestão.

relevantes, mas pontuais em instituições de ensino diversas, optou por realizar tal pesquisa a partir dos currículos Lattes de pesquisadores (as) e de registros de pesquisas em páginas de pós graduações nas unidades de formação e ensino; (iii) investiu em analisar qualitativa e quantitativamente os trabalhos submetidos e apresentados nos CBAS (de 2013 e de 2016) e nos ENPESS (de 2014 e de 2016).

Para tal sistematização, considerou algumas questões relevantes, relacionadas ao que percebia tanto quanto ao perfil das produções na grande área temática do GTP, como nas suas ênfases em particular.

A primeira refere-se à percepção se os esforços de diálogo e integração das dimensões anunciadas como constitutivas da área apresentam maior efetividade. Procurou-se não apenas identificar se o desafio da fragmentação tem sido enfrentado, mas, especialmente, como esse enfrentamento se manifestava nos trabalhos. A integração entre as dimensões ainda é um desafio forte.

Um desafio consiste na identificação de um certo um “desequilíbrio” ou uma expressiva diferença quantitativa e qualitativa de enfoque entre produções situadas em cada ênfase, tendo clara predominância os aportes referentes à dimensão do “urbano”. Mais à frente relacionamos isso a uma manifestação bastante reativa em relação à expansão de políticas públicas de corte urbano, nas quais se demanda a integração de assistentes sociais em linhas específicas nos projetos governamentais como os Trabalho Técnico-Sociais (TTS)⁸, por exemplo. Ressalta-se a particularidade dessas políticas, em tempos presentes capitaneadas pelo mercado, com subsídios estatais, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Dentro disso, a dimensão agrária aparece posteriormente, por vezes associada à reflexão ambiental, outras, relacionada a investimentos de políticas públicas nesses territórios. E, em alguma medida, tratando de violações de direitos, relacionadas aos movimentos sociais e sujeitos em situação de opressão.

Por fim, a dimensão ambiental ainda é demarcada em sua maioria como uma temática característica de determinada região, situando-se a grande maioria das reflexões, em trabalhos sobre e da região norte do país.

Sabemos das dificuldades de integração das dimensões na reflexão e produção de conhecimento, mas é preciso sinalizar que este ainda é um desafio percebido nessa trajetória de leituras sobre as produções da área, mesmo considerando o pluralismo e as diferentes opções metodológicas de aportes nas pesquisas.

Compreende-se, por exemplo, leituras sobre o urbano ainda dissociadas da dinâmica constitutiva da sociedade brasileira e de seu sentido como país capitalista periférico, no sentido que é preciso maior fundamento relacionado à formação social brasileira. Dissociadas, de certa forma, tanto das origens agrárias e escravocratas da nossa constituição, quanto dos reflexos predatórios do modelo de desenvolvimento que se instaura aqui na relação com a forma sistêmica de acumulação - e que assume formas específicas historicamente.

A segunda questão de monta considera a pouca (porém crescente) visibilidade de e menção aos *sujeitos políticos* – movimentos sociais, organizações de resistência às violações e opressões nas suas mais diferentes formas - em relação às questões problematizadas por seus (suas) pesquisadores (as) nas ênfases.

⁸ Nomeclatura específica atribuída pelos projetos da Caixa Econômica Federal (CEF) e organismos estatais que financiam a política pública à dimensão do projeto que deve realizar a mediação social junto à população. Para tal, elaboram um “manual” de referência à sua execução, como requisito à contratação.

Ainda que tais abordagens possam ser destinadas ao diálogo no âmbito de GTPs como “Movimentos Sociais” ou mesmo o de “Opressões”, é interessante observar como os que chegam ao GTP Questão Urbana, Agrária e Ambiental e Serviço Social em sua maioria trazem essa lacuna, expressando uma determinada leitura sobre o que configuram problemas na área marcada por forte referência institucional e no Estado.

Passam-nos uma impressão de leitura por vezes reificadora das dinâmicas sociais – sem uma compreensão mais profunda sobre seu sentido como expressão das dinâmicas societárias. Essa interpretação expressa alguma crença ou adesão à leitura de instâncias externas às dinâmicas da sociedade, capazes de mecanismos de regulação e de garantia de direitos de forma abstrata, no campo normativo apenas⁹.

Ressaltamos tal fato, na medida em que, sucedaneamente, analisávamos trabalhos e pesquisas, em sua maioria, bastante pautados pelas requisições institucionais das políticas públicas e pelas concepções normativas dos direitos. Esses enfoques não necessariamente asseguravam, em sua maioria, visibilidade das formas organizativas de resistência e denúncia das violações e das opressões articulando as três dimensões.

Esse é um aspecto que merece centralidade na nossa reflexão e dialoga diretamente com o balanço crítico sobre formação profissional e diretrizes curriculares - tema do ENPESS de 2016. Também é relevante, considerando o aprofundamento da crise do capital, com claro rebatimento nas suas instituições e na constituição de mecanismos de judicialização e opressivos, com crescente criminalização dos movimentos sociais e sujeitos que fogem às imposições normativas dessa sociabilidade. Muitos desses mecanismos, a serviço da dinâmica predatória e especulativa de extração do valor, *têm materializado ações acima e a despeito das formas democráticas instituídas, configurando, crescentemente, práticas* similares aos contextos históricos marcados pela presença do que se denomina de “Estado de exceção”.

Referimo-nos ao acirramento de todas as formas de criminalização e de manifestações de caráter fascista, racista, misógino e homofóbico sobre aqueles que se insurgem contra a ordem e, como sua faceta mais explícita, uma construção acelerada de judicialização, prevalência do Estado Penal (Wacquant, 2013)¹⁰ como mecanismo de gestão da vida social, como pilar para que se entranhe, por todas as partes, formas de vida e territórios, a lógica especulativa de extração do valor, presente na hegemonia da forma financeira do Capital.

Parte II – Diálogo com as Diretrizes Curriculares e Formação Profissional

Nesse momento, propomos a reflexão tendo por base a leitura mais ampla do “estado da arte” das produções e avanços na grande área deste GTP¹¹ a partir de diferentes dimensões e em relação às unidades de formação em cada região - pensando suas articulações com os fundamentos da formação profissional.

⁹ Exemplos bastante claros disso são as regulações ambientais de nosso país, o conjunto de instrumentos formalizados no Estatuto da Cidade (2001) e mesmo alguns programas e políticas agrárias os quais, por si, não asseguram o combate às violações que tipificam.

¹⁰ Cabe aqui o cuidado com essa expressão. O autor a cunha referenciando-se à dinâmica norteamericana, a formação social específica daquele país. No entanto, seu papel central a partir do primeiro terço do século XX como potência imperial mundial, impõe aos demais países dentro de uma lógica sistêmica e contraditória belicista e criminalizadora – como características próprias à configuração do Estado capitalista desde sua origem.

¹¹ Os materiais sobre essas leituras são registros realizados a partir de levantamento da coordenação do GTP e não constam desse breve relatório, mas encontram-se disponíveis para consulta junto à ABEPSS e no sítio eletrônico, no espaço do GTP.

Parte dos limites deve-se a questões de desafios estruturais da sociabilidade burguesa e do acirramento das contradições no contexto de crise estrutural do capital, tendo como uma de suas expressões centrais o investimento maciço na criminalização dos movimentos sociais e sujeitos expostos às opressões.

A dinâmica complexa e histórica da realidade não se resolve apenas por investimentos internos de ajustes na formação no seio de uma categoria profissional¹².

No entanto, reconhecendo a validade dos pressupostos, dos princípios que norteiam as diretrizes (ABEPSS, 1996), ressaltamos a importância e os desafios, em tempos atuais, de assegurar formação intelectual efetivamente crítica, assentada sobre o tripé do Ensino, Pesquisa e Extensão como uma das formas de se assegurar a orientação política do exercício profissional de forma não burocratizada, não fragmentada e não limitada aos requisitos e recursos das instituições.

Essa “confusão” entre exercício profissional e requisitos das políticas públicas – em especial no setor da produção habitacional, no caso do universo temático do GTP - é problematizada por Iamamoto (2014) ao ressaltar a importância de se perceber que

Existe uma necessária autonomia entre o trabalho profissional na política pública e a política pública. Profissão não se confunde com política pública de governo ou de Estado e nem o Serviço Social se confunde com assistência social, ainda que esta possa ser uma das mediações persistentes da justificativa histórica da existência da profissão. Assim, seus agentes não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado — um braço operacional do moderno príncipe —, ainda que a política pública — e particularmente a seguridade social — seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas à “questão social” (p.611).

Ressalta-se a importância em aprofundar a formação em torno dos três núcleos centrais¹³ constitutivos do currículo, procurando garantir os investimentos na compreensão da formação da sociabilidade burguesa e daquilo que lhe é peculiar como mecanismos e lógicas de produção e de reprodução social das relações espaço-temporais e entre seres humanos, pensando suas especificidades de sexo, raça-etnia e geração em um mundo mediatizado de forma universal por relações mercantis.

Considerando tais elementos, recuperamos eixos relevantes para investimento permanente na formação, visando não apenas de produções e reflexões críticas na grande área sob os pressupostos trabalhados anteriormente, mas a possibilidade de articulação com questões essenciais à formação nos três eixos de “Fundamentos” que organizam nossas diretrizes, já sinalizados na primeira ementa do GTP, ainda em 2012:

¹² Referimo-nos, em especial, ao complicado e retrógrado quadro, tanto de precarização da formação profissional, com a expansão dos cursos semi ou não presenciais e outros de forte apelo mercantil, sem organizarem-se a partir da premissa de formação capaz de integrar ensino, pesquisa e extensão, como pelas crescentes precarizações das condições de trabalho, às quais se expressam, em especial, para a profissão, através de vínculos precários, baixos salários, entre outros elementos. Para maior fundamento sobre a questão, buscar informações em “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” (CFESS, 2014). Acessível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf e IAMAMOTO (2014)

¹³ São estes os três eixos articuladores: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996)

I - Determinações estruturais e históricas da questão urbana, agrária e ambiental no Brasil: a luta de classes como mediação:

1. Formas de apropriação, uso e ocupação do solo urbano e rural. Propriedade privada da terra, trabalho e formas de produção e reprodução capitalista. Apropriação privada dos recursos naturais; Impactos da reconfiguração das atividades econômicas no campo e na cidade sobre o mundo do trabalho; 2. Economia política do desenvolvimento. Modo de desenvolvimento capitalista, o papel do estado, e a particularidade brasileira e latino-americana: concentração fundiária, a constituição das classes sociais, o patrimonialismo e o autoritarismo; 3. Mundialização do capital e manifestações contemporâneas da crise estrutural do capital na cidade e no campo, implicações no mundo do trabalho e na organização política dos trabalhadores: agronegócio, novas implantações industriais, monocultura, destrutividade ambiental; e processos de urbanização a partir de uma análise macro da estrutura societária; 4. Particularidades e desigualdades do desenvolvimento regional, a Amazônia e outras regiões do país, que sofrem um processo intensivo de expropriação pelo capital, e seu papel no desenvolvimento capitalista.

II – O papel do Estado e as políticas públicas no campo e na cidade

1. Políticas urbanas e o direito à cidade;
2. Dinâmicas socioeconômicas e formas de apropriação, planejamento, uso e gestão dos territórios;
3. Regulação Pública do meio ambiente e o discurso da sustentabilidade;
4. Política agrária: trabalho, propriedade privada da terra, soberania alimentar, transgenia, agrotóxicos, mecanização intensiva e combate à fome.

III - Invisibilidade ou visibilidade negativa dos movimentos sociais de luta pela terra na cidade e no campo:

1. Lutas sociais – especificidades dos movimentos sociais urbanos e rurais; processo de urbanização e a luta pela moradia; 2. Disputa por hegemonia e os distintos projetos de desenvolvimento agrário: assentados, camponeses e agronegócio etc.; 3. Processos migratórios e a função social da terra: a luta dos (as) negros (as), indígenas e quilombolas pela terra no campo e na cidade; 4. Os movimentos sociais ambientalistas e as formas de regulação do Estado; a proteção ambiental em defesa da vida humana e dos recursos naturais; 5. Modos de vida e a crítica ao pensamento “Pós-moderno”: o confronto ideológico na interpretação da vida cotidiana.

IV - A atuação do Serviço Social em face das refrações da questão agrária, urbana e ambiental: possibilidades e limites

1. Gestão ambiental pública e privada e o Serviço Social; 2. O Serviço Social e a educação ambiental crítica; 3. Formação profissional e questão urbana, agrária e ambiental; 4. Transformações estruturais no campo e na cidade, e seus rebatimentos no Serviço Social sob três dimensões: da formação, do trabalho e da organização política dos assistentes sociais (Temporalis, 2012).

Devemos acrescentar a essa proposição a leitura necessária sobre o acirramento das formas financeirizadas e especulativas em torno dos recursos naturais e de bens e serviços no campo e na cidade – como expressão cada vez mais acirrada da degradação imposta pelo Capital na sua busca incessante por extração do valor.

Parte III – Diálogo entre GTPs e dos GTPs com instâncias da ABEPSS (Nacional e regionais)

Por fim, a experiência à frente da coordenação do GTP nos trouxe também algumas reflexões sobre seu sentido e constituição no âmbito da estrutura da ABEPSS.

Ainda que a ABEPSS não seja apenas constituída dos GTPs, estes possuem, de forma crescente, papel significativo quanto às possibilidades de fortalecimento da entidade e de contribuir para uma maior capilaridade na relação com pesquisadores (as).

Ocorreram, nessa gestão (2015-2016), investimentos por parte da ABEPSS Nacional no sentido de realizar momentos mais integrados de planejamento contando com a presença das coordenações dos GTPs nesse momento inicial tão fundamental. Isso garantiu que representantes dos GTPs participassem de oficinas e de encontros regionais, tratando suas questões na relação com as representações regionais e nacionais.

Sinalizamos para a importância de manutenção desses espaços, pensando possibilidades de diálogos entre as áreas e regiões. A presença dos GTPs na comissão científica é algo a se ressaltar como medida importante para a construção do ENPESS e compreensão sobre o estado da arte das produções nas áreas temáticas e por regiões. Também reconhecemos os esforços de interiorização, fundamentais como iniciativa da ABEPSS, como mecanismo para integrar representações regionais e também de GTPs. Essa iniciativa é algo interessante para se conhecer a produção e questões próprias à diversidade territorial e cultural de país com porte continental – não se limitando aos eixos metropolitanos e das capitais.

Lidar com a fragmentação - forma social naturalizada como pilar dessa sociabilidade - impõe desafios coletivos de leitura e de construção analítica bastante significativos. As possibilidades de investimento nessa direção expressam desejo de maior diálogo e integração temática entre os GTPs, como forma de troca, de compreensão sobre temas que possuem clara intersecção e mesmo complementariedade.

Uma das indicações do colóquio em 2014 foi a proposta de realizar mini-encontros regionais da área. Por limitações objetivas de tempo e de recursos, não foi possível fazê-los, mas essa sinalização pode ser uma estratégia interessante como forma de maior aglutinação de pesquisadores nas temáticas. Poderia se pensar, também, a organização dos encontros em articulação com outros representantes de GTPs, para que se construa espaços de diálogo.

Referências:

Ementa do GTP QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 461-466, jul./dez. 2012) Acessível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4088/3274>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

GTP QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 223-232, jan./jun. 2014. Acessível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7919/5849>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Acessível em <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/55d6Pe5x8P5qhN3J0269.pdf>

WACQUANT, Lôic. *Punir os pobres - a nova gestão da miséria no Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto de Criminologia Carioca - Editora Revan, 2013. (Coleção Pensamento Criminológico).